

## Da biopolítica à noopolítica: contribuições de Deleuze<sup>196</sup>

**Domenico Uhng Hur**

Michel Foucault (1979), ao discutir a transição de uma sociedade pautada na soberania para o liberalismo, formula a emergência de novas tecnologias de saber/poder que têm a vida e a governabilidade do social como objetos (LAZZARATO, 2011). A invenção, e experimentação, de novos mecanismos de poder faz com que apareça outra tecnologia de gestão paralela ao regime de soberania. Constituíram-se distintos dispositivos de saber e poder, mais regionalizados e difusos, uma série de aparatos disciplinares, de técnicas e instrumentos, denominados de saberes disciplinares.

Os saberes disciplinares conectam-se, não sem tensão, ao regime de soberania, ao poder jurídico-estatal. Passam assim a gerir a vida dos coletivos, constituindo-se um poder sobre a vida, um biopoder, o qual incide sobre o sujeito a partir de diferentes mecanismos, como vigilância, domesticação dos corpos, regulação das condutas, correção dos desvios, etc. Apoiam-se:

*(...) mais nos corpos e seus atos do que na terra e seus produtos (...) É um tipo de poder que se exerce continuamente através da vigilância e não descontinuamente por meio de sistemas de taxas e obrigações distribuídas no tempo; que supõe mais um sistema minucioso de coerções materiais do que a existência física de um soberano. Finalmente ele se apoia no princípio, que representa uma nova economia do poder; segundo o qual se deve propiciar simultaneamente o crescimento das forças dominadas e o aumento da força e da eficácia de quem as domina (FOUCAULT, 1979, p.187-188).*

A Psicologia, como a Medicina e o Direito, historicamente emerge enquanto saber disciplinar, servindo como produtora de normas legitimadoras da lógica do governo liberal. Tais saberes ocupam um lugar estratégico, pois se localizam entre o saber científico e a gestão política, na produção de verdades sobre as regularidades e irregularidades, o normal e o anormal, a saúde e a doença, o

---

196 Uma versão resumida do artigo foi apresentada no III Colóquio de Biopolítica – Violência e Estado de exceção, organizado pela Faculdade de Filosofia da UFG (Goiânia) em dezembro de 2012.

cidadão e o criminoso. São saberes-disciplinas que vinculam as práticas científicas e as práticas políticas de intervenção tanto sobre o corpo como sobre a população (FOUCAULT, 1984). Dessa forma, os saberes disciplinares surgem como um mecanismo de produção e adaptação às normas (que assumem o estatuto de verdade) e de governamentalidade do sujeito e do social. Portanto, compreende-se os saberes disciplinares como mecanismos do biopoder, que têm poder sobre a vida, atuando em sua modelização, ao contribuir com a reprodução de uma governamentalidade liberal.

O poder disciplinar, invenção da sociedade burguesa, foi fundamental para a constituição do capitalismo industrial, pois se aplica na vigilância e domesticação dos corpos, no confinamento num espaço, como forma de obtenção de saberes sobre a vida e com o intuito de uma maior produtividade. Há a constituição de um saber normalizador que se conecta ao capitalismo, em que tais corpos são examinados, investigados: o corpo é tomado como uma máquina. A vida se torna alvo da política (AGAMBEN, 2002), em que se configura uma política do corpo-máquina produtivo, uma gestão da anatomia de um corpo que melhor produza, uma anátomo-política, em que o poder se inscreve no corpo. É nesse contexto que se constroem as prisões, os asilos e os manicômios, aparelhos de confinamento do corpo em espaços totais em que se pode vigiar e governar diretamente as condutas.

Como expressão das relações de vigilância, confinamento e exame, Foucault (1984), a partir de Jeremy Bentham, cita o dispositivo do panóptico como a máquina abstrata hegemônica, como diagrama das relações de poder, dessa época. O panóptico é uma formação arquitetônica circular em forma de anéis que de um ponto central um observador pode vigiar todas as outras pessoas, os distintos lugares, sem que seja observado. A ideia do panóptico é a de ter uma vigilância total sobre os corpos confinados em instituições totais, então o controle é feito em instituições fechadas, especializadas, as quais desenvolverão um conjunto de saberes norteadores<sup>197</sup> do biopoder. A arquitetura panóptica não foi emblemática apenas para as prisões, mas para uma série de instituições, como a escola, a fábrica, etc.

---

197 Muitas vezes, esses saberes desenvolvidos, que fazem parte dos repertórios da Medicina, Psiquiatria, Psicologia, etc., entram em conflito com o próprio Estado. Foucault (1982), por exemplo, trabalha essa tensão entre Estado e mecanismos disciplinares em sua obra “Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão”. Trata-se do caso de uma pessoa que matou sua família e que se tornou disputa entre Direito e Medicina. Dessa forma, deveria ser preso ou internado no manicômio? Era um criminoso ou louco? Ou seja, qual instância tinha poder sobre Pierre Rivière? A base jurídica do Estado ou o mecanismo disciplinar Medicina? Portanto, gerou-se um conflito entre poder de Estado e mecanismo disciplinar, em que Foucault trabalhou esse caso como analisador dessa tensão.

No desenvolvimento de sua obra, Foucault (1999, 2008a, 2008b) discute a emergência de uma outra mecânica de poder que não se dá mais no espaço da Instituição fechada, mas sim no campo aberto, não mais no registro do corpo, mas sim no da população; há a transição da disciplina para a biopolítica. A disciplina configura-se pela constituição de um corpo domesticado mediante a organização do espaço e do tempo no interior das instituições, já a biopolítica distingue-se pelo aparecimento da população, modulada por mecanismos de regulação perante uma prática de governo e norteadas pela formação de um conjunto de saberes estatísticos e demográficos. A disciplina foca as minúcias do corpo, numa anátomo-política, enquanto a biopolítica está voltada à regulação da vida e da população a partir de normas, de padrões de normalização. A biopolítica busca traçar o que é normal e anormal, tendo em vista uma regulamentação dos processos da vida (como natalidade, mortalidade, longevidade, etc.). Adota a estratégia da regulação da população por meio de normas instituídas através de inúmeros dispositivos da seguridade social, saúde pública ou mesmo do controle da criminalidade. Sua finalidade é regular a população, na regulação da vida enquanto espécie, enfim uma biopolítica, “uma tecnologia que agrupa os efeitos de massas próprios de uma população (...)” (FOUCAULT, 1999, p.297).

Nas reflexões de Foucault, o conceito de biopolítica recebe diferentes nomes, como mecanismos de segurança e gestão governamental (FOUCAULT, 1979, 2008a). Tal indefinição de nomenclatura relaciona-se também a falta de um maior desenvolvimento do conceito. Autores posteriores deram prosseguimento a seu trabalho, como por exemplo, Gilles Deleuze, que criou a noção de sociedades de controle e Maurizio Lazzarato, que criou o conceito de noopolítica. Dessa forma, nosso objetivo neste ensaio é investigar elementos da obra de Deleuze que podem referenciar o desenvolvimento conceitual da biopolítica para noopolítica, das políticas da vida para as políticas do pensamento, para discutir o aparecimento dessa nova mecânica de controle. Justificamos nosso estudo, pois Lazzarato (2006), ao apresentar o conceito de noopolítica, apoia-se quase que exclusivamente na obra foucaultiana e na discussão de Deleuze sobre as sociedades de controle (1990/1992), deixando assim de fora conceitos deleuzeanos cruciais para a discussão das políticas do pensamento.

Para tanto, realizamos revisão bibliográfica em toda obra de G. Deleuze para buscar alguns elementos contributivos para o conceito de noopolítica. Também trabalhamos sobre as formulações de Lazzarato sobre a noopolítica para discutir as configurações de poder e gestão da vida na atualidade, sendo o Império o corolário dessa nova forma de poder.

### Aportes deleuzeanos

A obra filosófica e de crítica social de Deleuze é vastíssima, contabilizando dezenas de livros e capítulos numa produção que durou mais de 40 anos. Dessa rica obra consideramos que Deleuze traz ao menos quatro conceitos que são fundamentais para o entendimento da noopolítica: imagem do pensamento (1968/2006), axiomática do capital (1972/2010), aparelho de captura (1980/1997) e sociedades de controle (1990/1992). Nessas formulações o filósofo debruça-se sobre as operações do pensar e seus mecanismos de codificação e axiomatização.

Iniciamos pelas reflexões de Deleuze, em *Diferença e Repetição* (1968/2006), sobre o pensar. O filósofo critica que não há um método sobre o pensar, em que geralmente toma-se o pensamento pelo senso comum, através de imagens instituídas; o pensar por imagens. Há uma redução do pensar a partir de imagens conhecidas, pensa-se por reconhecimento. O pensamento fica capturado a formas instituídas, em que apenas se torna possível pensar através dessas categorias reconhecidas e estratificadas, através da imagem do pensamento (DELEUZE, 1968/2006). Não pensamos por um método e sim por imagens pressupostas. É como se as indeterminações do pensar fossem preenchidas, ou moldadas, por “imagens ideais”, tais como a do senso comum, da *doxa*, da hierarquia, dos binarismos, havendo assim a predominância de processos de reprodução e não de produção, de massificação e não de singularização. “Podemos denominar essa imagem do pensamento de imagem dogmática ou ortodoxa, imagem moral” (DELEUZE, 1968/2006, p.192). Este fenômeno resulta no congelamento e estratificação do pensamento em imagens ideais e cristalizadas.

Todavia, Deleuze (1968/2006) defende que o pensar é o contrário, não tem forma, é um fluxo, é o movimento em propagação. Cita o artista esquizofrênico Antonin Artaud, que defende que o pensar é caótico, a desagregação, “o desmoronamento central, que só pode viver de sua própria impossibilidade de criar forma” (DELEUZE & GUATTARI, 1980/1997, p.48), como se para pensar há que se desarranjar o que está formado, em que Isso só funciona se desarranjando, ou seja, o pensar sem imagens. A ideia de fluxo é expressiva desse exercício de desarranjo, seja o fluxo financeiro, da água, orgânicos, fluxos que passam, que se movimentam. O fluxo é figura expressiva daquilo que não tem um princípio de estruturação interna. Portanto, o pensamento expressa-se muito mais pelo desmoronamento, o desarranjo, o movimento, a propagação de fluxos, do que imagens já constituídas e formadas. Entendemos assim o pensar enquanto uma operação, que a princípio, não é sobrecodificada pela primazia da representação, ou da imagem. Entretanto tal pensar caótico e disruptivo encontra-se normatizado pelas imagens

de pensamento estratificadas, constituindo-se uma captura de um pensamento autônomo e nômade. Consideramos que a imagem do pensamento é o primeiro conceito deleuzeano que traça uma política do pensamento; a sua captura. Captura do pensamento que se torna mais intensa quando se conecta ao funcionamento de um segundo conceito preponderante; a axiomática do capital (DELEUZE & GUATTARI, 1972/2010). Ou seja, desenvolveremos a seguir a ideia de um funcionamento político-econômico que incide sobre as formas do pensar.

Na obra *O Anti-Édipo – Capitalismo e Esquizofrenia*, Deleuze e Guattari (1972/2010) realizam uma releitura dos processos capitalistas, que não operam apenas nos âmbitos econômico e político, mas também na produção subjetiva e modulação do pensamento, através da axiomática do capital. Deleuze e Guattari (1972/2010) entendem que, diferente das tradicionais instituições sociais, o capitalismo não opera por códigos, por um sistema de codificação e sobrecodificação das condutas, mas sim por uma axiomática. Enquanto as instituições (e o *socius*) operam por codificação, por inscrição e normatização de procedimentos e comportamentos, o capitalismo prescinde dessa lógica, operando através de um axioma, uma máxima, uma matriz, uma “fórmula” do funcionamento capitalista, que substitui o código. A axiomática do capital opera a partir da lógica de funcionamento do capitalismo, que consiste na incitação à produtividade, competitividade, livre iniciativa e atualização da lógica privada e do acúmulo. Atua por um tipo de funcionamento e não por códigos ou significantes.

“A axiomática segue o processo de descodificação e substitui os códigos desfeitos por uma combinatória, ou seja, captura por um extremo o que perde por outro” (DELEUZE, 1971/2005, p.105, tradução nossa), pois:

*é um conjunto de equações e relações que determina e combina variáveis e coeficientes imediata e igualmente através dos diversos âmbitos, sem remeter-se a definições ou termos prévios e estabelecidos. A característica principal de tal axiomática é que as relações são anteriores a seus termos (HARDT & NEGRI, 2005, p.348, tradução nossa).*

Dessa forma, a axiomática do capital opera por um duplo e concomitante movimento: desterritorialização dos fluxos sociais codificados e reterritorialização dos fluxos sociais descodificados em sua lógica. Não apenas descodificação, mas também axiomatização dos fluxos descodificados (DELEUZE & GUATTARI, 1972/2010, p.326). Há um processo generalizado de descodificação de uma série de tradições, convenções, normas, valores e códigos sociais, trazendo assim efeitos de rupturas sociais e psíquicas, que podem incitar aos indivíduos senti-

mentos de falta de sentido, de fragmentação e de desenraizamento. Entretanto não há a expressão de fluxos livres, tampouco codificados como eram anteriormente, mas sim modulados pela axiomática do capital. Por isso que há uma reterritorialização, não em códigos, mas em sua lógica de funcionamento, ou seja, tal axiomática não codifica as condutas sociais, mas as modula-“canaliza” num tipo de funcionamento. É devido a tal operação que há a sensação de que o mundo social está em contínua mudança, de costumes, de valores, de produtos a serem consumidos, etc. O caráter de desterritorialização dos códigos instituídos é um fator do capitalismo que lhe dá ares “progressistas” frente aos antigos regimes de dominação e servidão social, em que seu advento, do ponto de vista histórico, parece ser um “avanço” no que se refere à desterritorialização das relações instituídas de soberania e feudais. No entanto essa mudança é aparente, de códigos, pois o perfil de funcionamento dos processos sociais segue a lógica da axiomática do capital. É como se as coisas mudassem sem mudar no seu cerne, como se fosse um *double bind* (duplo vínculo) sócio-político.

A axiomática do capital desterritorializa as relações sociais de tal forma que já não se importa rituais sociais, projetos e ideologias políticas, ou o grupo que gere o Estado. O que importa primeiramente ao novo sujeito que emerge nesse contexto é poder gerir sua vida com o acúmulo de capital, com seu trabalho, que visa a obtenção desse intermediário (que se torna o fim); o dinheiro. A sacralidade se desloca da santidade para o financeiro. Sustentamos que a axiomática do capital não modula apenas processos econômicos, sociais e políticos, como também processos do pensar e subjetivos, propagando o que Deleuze (1968/2006) denomina de imagem do pensamento. Por isso, concordamos em parte com os autores pós-modernos (BAUMAN, 1999; MAFFESOLI, 2001) sobre esse caráter fluido, líquido, mutante, da sociedade atual. A sociedade parece estar em extrema mutação, em que se valoriza a novidade e a diferença, em que muda constantemente seus códigos. No entanto, diferente das concepções do pós-modernismo, tais fluxos não estão livres, pois ao se analisar atentamente, constata-se que toda essa fluidez segue um padrão, uma matriz, que é a axiomática do Capital. Portanto, libera-se por um lado, mas já se captura pelo outro, constituindo-se mecanismos de controle muito mais sofisticados e utilizados. Deleuze e Guattari (1972/2010) compreendem então que o capitalismo pode ser visto como uma “máquina demente”, que procede por desterritorialização constante e que não tem limite externo, mas apenas um limite interno, que é sua axiomática. É no seu limite interno que a desterritorialização dos fluxos encontra seu bloqueio, ficando capturados e modulados pela axiomática capitalista. Portanto, é uma modalidade

de funcionamento da maquinaria social que terá primazia no funcionamento dos processos sociais, na constituição do sujeito e nas suas formas de ser e pensar.

No segundo tomo de *Capitalismo e Esquizofrenia*, Mil Platôs, Deleuze e Guattari (1980/1997) discutem uma nova figura conceitual que age na estratificação do pensamento: o aparelho de captura. Atua no processo de sobrecodificação dos fluxos sociais e das semióticas primitivas (DELEUZE & GUATTARI, 1980/1997, p.140), agindo assim diretamente na produção subjetiva e nas formas de pensar, reterritorializando condutas e práticas. O aparelho de captura codifica os fluxos sociais em estratos, freia o movimento, tem a função de captura dos processos, criando identidades fixas e estáticas, reduzindo a multiplicidade a uma lógica binária. O Estado é a expressão máxima de aparelho de captura, que concretiza o movimento de codificação do *socius*. Através do processo de sobrecodificação, o Estado é um aparelho que produz uma subjetividade padronizada, numa lógica identitária, a partir de uma prática reguladora, pois tem uma função normatizadora, organizadora, delimitadora e normalizadora. Procede pela captura por diferentes frentes, por uma sobrecodificação das semióticas, constituindo uma grande padronização nas formas de ser, de agir e principalmente nas formas de pensar do sujeito. “O Estado proporciona ao pensamento uma forma de interioridade” (DELEUZE & GUATTARI, 1980/1997, p.44). Uma organização na forma de pensar e que está ligada a um juízo moral entre o que é certo e o que é errado, o que é normal e o que é patológico e que legitima a hierarquia e assimetria de poder. Nesse processo de captura, a sobrecodificação atua como uma codificação de uma série sobre outra. A série normatizada dos padrões do Estado adquire primazia sobre as outras séries, por exemplo, sobre as séries de pensamentos singulares de um sujeito e de um coletivo. Queiramos ou não, todos somos sujeitos de Estado, civilizados, já estamos capturados a esses padrões sociais valorativos e de pensamento desde o início: o Estado é o aparelho de captura que consolida uma imagem de pensamento (DELEUZE & GUATTARI, 1980/1997), que é reproduzida pelo sujeito como a única e correta forma de pensar, agir e existir. Além da constituição de uma imagem do pensamento, de uma *doxa*, atua economicamente a partir do domínio sobre a renda, o lucro e o imposto e politicamente pelo domínio da força,

Consideramos que as imagens do pensamento instituídas e propagadas pelo aparelho de captura do Estado são a da hierarquia, da estrutura, da lógica binária, etc. Tais modos de pensar se naturalizam e legitimam-se em sua repetição; são formas prerrogativas na existência do sujeito. O processo de modulação das formas do pensar se intensifica ainda mais quando o aparelho de captura

articula-se com a axiomática do capital, formando uma composição mais poderosa e capturante. Nessa articulação, o Estado não é apagado, de forma alguma é substituído, mas adquire outra configuração, já não tendo mais a centralidade nos desejos do seu soberano, e sim na lógica do capital. Torna-se o Estado capitalista, regulador dos fluxos descodificados e axiomatizados, numa conjunção Estado e capital (DELEUZE & GUATTARI, 1972/2010, p.334). O capitalismo se conecta ao Estado, instituição que não terá mais como função apenas a sobrecodificação dos fluxos sociais, pois acaba assumindo a função de regulação da axiomática dos fluxos descodificados do capital. “Eis que os Estados não são mais absolutamente paradigmas transcendentais de uma sobrecodificação, mas de modelos de realização imanentes para uma axiomática dos fluxos descodificados” (DELEUZE & GUATTARI, 1980/1997, p.154). O Estado capitalista enquanto regulador do mercado modula os fluxos financeiros, estipula taxas, como a de juros, media a negociação entre países e empresas, adota medidas e políticas para conter déficits financeiros e cambiais; ou seja, de forma alguma há um esvaziamento da função do Estado frente a política-econômica de mercado, como idealizado no discurso neoliberal. Tal como não há um sistema de livre mercado e livre comércio sem regulações estatais. A questão é que Estado e capitalismo não são instâncias contraditórias; acoplam-se desde o início do capitalismo. E nessa articulação, de certa forma, as ações do Estado se “invisibilizam”, saem do primeiro plano, pois são as relações econômicas que assumem esse lugar e passam a nortear as práticas políticas. A Economia acede ao primeiro plano, em que a axiomática capitalista incita seus imperativos de produzir e acumular capital para gerir a vida. Então, com o neoliberalismo o Estado não some, mas assume outro lugar, outra configuração, e de certa forma, descentraliza-se, ramifica-se e sua função regulatória atinge também a lógica do ser e do pensar.

Por tal razão discordamos do historiador argentino Ignacio Lewkowicz (2004) que em sua obra, “Pensar sem Estado”, desenvolve uma série de teses sobre o desaparecimento do Estado e a primazia das relações capitalistas. Por mais que o mercado tenha se desenvolvido formando uma rede mundial e o Capitalismo tenha se disseminado em todas as áreas e também como forma de pensamento (devido a sua axiomatização), tais fatores não contribuíram para o esvaziamento do Estado. Mas sim para uma outra configuração, em que continua como aparelho de captura somado a atribuição de regular a axiomatização dos fluxos descodificados.

Os Estados modernos da terceira era restauraram bem o império mais absoluto, nova ‘megamáquina’, seja qual for a novidade ou a atualidade da forma tomada imanente, realizando uma axiomática que funciona por servidão maqui-

nica tanto quanto por sujeição social. O capitalismo acordou o *Urstaat*, e lhe dá novas forças” (DELEUZE, GUATTARI, 1980/1997, p.160).

*Por isso que o capitalismo nunca foi liberal, sempre foi capitalismo de estado (DELEUZE & GUATTARI, 1972/2010, p.335). A partir dessa discussão pode-se afirmar que o pensar está modulado pela axiomática do Capital e pelas formas instituídas de ser do aparelho de captura (o pensar por imagens), constituindo-se uma espécie de subjetividade capitalista.*

O último elemento que selecionamos, crucial para o desenvolvimento da noopolítica, e bastante trabalhado por Lazzarato (2006), é o que Deleuze (1990/1992) chama de sociedades de controle. Esta discussão remete a uma redefinição, de forma sintética e original, do conceito de biopolítica de Foucault.

Deleuze afirma que com a sofisticação das técnicas de gestão da vida, constitui-se uma nova mecânica de controle, em que o governo da população vai além da mecânica disciplinar. O controle já não é feito a partir das táticas de confinamento e vigilância dos corpos, mas sim no campo aberto, num controle ao ar livre, da circulação e do movimento. Se as estratégias de confinamento referem-se a moldes, nas sociedades de controle a prática é de modulação das condutas, numa moldagem auto-deformante, que consideramos atuar conforme a axiomática do capital. Há uma modulação dos comportamentos, em que são modulados os desejos e os pensamentos dos coletivos.

Dessa forma, as instituições perdem a primazia na gestão da vida (a denominada “crise das instituições”), em que há um controle contínuo e “indireto” sobre as formas de ser e as condutas. Portanto há uma transição das instituições tradicionais para novos modelos, como por exemplo, da fábrica para a empresa, da escola para a formação permanente, do manicômio às novas práticas psiquiátricas, da prisão às penas alternativas (com seus dispositivos de rastreamento eletrônico), etc. Se na transição entre instituições nunca se parava de recomeçar (creche-escola-exército-trabalho-asilo, etc.), nas sociedades de controle nunca se termina nada, num estado de “perpétua metaestabilidade (...), a empresa, a formação e o serviço sendo os estados metaestáveis e coexistentes de uma mesma modulação” (DELEUZE, 1990/1992, p.221-222).

Deixa de haver assim o predomínio da fixidez das condutas, da codificação, pois estas passam a ser marcadas pela variação contínua. A prática do exame, comum à disciplina, é substituída pelo controle contínuo. O modelo do panóptico, como diagrama de poder, passa a ser substituído pelo modelo de rede, que se situa além das fronteiras institucionais e é marcado pelas contínuas conexões e

desconexões. A vigilância já não é a prática mais eficaz de se controlar no campo aberto, então esta dá lugar à publicidade, que pode produzir modos de pensar, ser e agir de forma muito mais ampla e dispersa. “O marketing é agora o instrumento de controle social, e forma a raça impudente de nossos senhores. O controle é de curto prazo e de rotação rápida, mas também contínuo e limitado, ao passo que a disciplina era de longa duração, infinita e descontínua. O homem não é mais o homem confinado, mas o homem endividado” (DELEUZE, 1990/1992, p.224).

Portanto, compreendemos que essa nova configuração social que Deleuze denomina de sociedades de controle passa a determinar distintas formas de regulação e atuação social e que conformará toda uma política do pensamento, que Lazzarato chamará de noopolítica.

### **Noopolítica e axiomática do capital**

Maurizio Lazzarato (2006) intensifica os enunciados de Deleuze (1990/1992) sobre as sociedades de controle, ao afirmar que atualmente há maior sofisticação das tecnologias de controle, num refinamento das maquinarias de gestão da vida. Na mudança dos modos de gestão, transita-se de um poder sobre a vida para um poder sobre o pensamento, o cérebro e a memória, de um poder sobre a matéria para a produção imaterial, enfim, há a transição de uma biopolítica para uma noopolítica.

A noologia é “o estudo das imagens do pensamento e sua historicidade” (DELEUZE & GUATTARI, 1980/1997, p.46), enquanto a noopolítica significa políticas do pensamento. Noo vem do radical grego nous, que etimologicamente significa pensamento, mente. Portanto, consiste no fenômeno de controle e gestão da vida que pauta-se no poder sobre o pensamento, na modulação do pensamento. Deste modo, o poder não opera apenas sobre a matéria, mas também sobre aquilo que é denominado como imaterial, a consciência, o pensamento e a subjetividade.

*A noopolítica (ou conjunto das técnicas de controle) se exerce sobre o cérebro, implicando em princípio a atenção, para controlar a memória e sua potência virtual. A modulação da memória seria então a função mais importante da noopolítica. Se as disciplinas moldavam os corpos constituindo hábitos principalmente na memória corporal, as sociedades de controle modulam os cérebros e constituem hábitos principalmente na memória espiritual (LAZZARATO, 2006, p.100, tradução nossa).*

Há a transição do foco sobre o corpo e a vida, para o controle direto da memória e do pensamento (entendido como cérebro). Portanto, a população, de

massa, passa a ser tomada como *público* (LAZZARATO, 2011), que receberá determinados repertórios de informações via distintas mídias sociais que lograrão tal controle imaterial. Para tanto, a publicidade e as pesquisas de opinião se tornarão campos de saber e prática essenciais para a noopolítica.

Defendemos que as técnicas noopolíticas decorrem da sofisticação da gestão da vida pela axiomática capitalista, estando assim moduladas por seu funcionamento e conectadas ao aparelho de captura do Estado (DELEUZE & GUATTARI, 1980/1997). Nessa conexão, criam, modulam, transmitem e atualizam formas de pensar do público. É como se fossem engrenagens distintas que se acoplam e amplificam sua força de captura, em que a imagem de pensamento difundida pelo aparelho de captura se conecta à axiomática do capital com seus imperativos. Tal conexão modula a forma como o sujeito deve agir socialmente, como deve pensar, sentir e ser. Compreendemos que este processo não transmite apenas imagens do pensamento como sustentam Deleuze e Guattari, mas principalmente uma matriz de *funcionamento* de pensamento. Não apenas imagens modelos que são reproduzidas pelo pensamento, mas sim uma maquinação na própria forma do pensar. Conjecturamos então que na noopolítica, o aparelho de captura mais difunde um “funcionamento” de pensamento, que é o da axiomática do capital.

Os efeitos desse processo é que o “funcionamento” de pensamento propagado pelo aparelho de captura segue a gramática neoliberal. O neoliberalismo, com sua axiomática, torna-se assim o “funcionamento correto” de pensar, sentir, viver e agir, sendo o imperativo da noopolítica. Então, os sujeitos passam a pensar e afetar-se de maneira neoliberal todas as esferas da vida, afastando suas preocupações da política, gerando coletivos despolitizados e vorazes por dinheiro.

Enfim, a noopolítica produz novas formas de ser e de subjetivação; temos a constituição do sujeito capitalista. Portanto, no processo de gestão das subjetividades, via noopolítica, não se necessita mais confinar e vigiar os corpos para exercer a disciplina, pois o controle já é eficazmente exercido em campo aberto, capilarizado, em que a própria constituição subjetiva obedece e padece sob a axiomática do capital. A política, dessa forma, deixa de ser o exercício de autogoverno de um coletivo e também se torna um negócio que segue a axiomática capitalista, torna-se objeto dos tecnocratas da política, da minoria de representantes que ganha sua vida e recursos com esse “emprego”. É como se não houvesse mais por que lutar, ou regras do jogo a criar; o funcionamento das coisas já está dado: a axiomática do capital, a qual se deve (re)produzi-la.

Constata-se que neste contexto de emergência dos mecanismos de controle noopolíticos e da acoplagem entre aparelho de captura e axiomática do capital, o próprio Capitalismo também se transformou, complexificando-se ainda mais. Não importa apenas o fluxo líquido de moedas, mas também os fluxos “virtuais” de investimentos, fluxos de rentabilidade, fluxos de financiamento, etc., tornando-se algo quase abstrato. Por isso que o aparelho de captura se virtualiza e ramifica-se ainda mais. Vale citar que a conexão a essa rede econômica forma, com a globalização das economias dos Estados-nação e interconexão entre um mercado mundial, o que alguns autores chamam de Capitalismo Mundial Integrado – CMI<sup>198</sup> (DELEUZE & GUATTARI, 1972/2010; NEGRI & GUATTARI, 1999). A globalização é a efetivação mais clara da axiomática do capital, pois homogeneiza o funcionamento dos Estados-nação a partir desse “funcionamento de pensamento”. Há uma desterritorialização de seus códigos sociais em detrimento do neoliberalismo como noopolítica. O CMI foi o conceito prototípico de outro que gerou muita discussão no mundo da esquerda política do início do atual milênio; o conceito de Império (HARDT & NEGRI, 2005).

Hardt e Negri discorrem sobre essa nova forma de poder que não se localiza mais no Estado-nação e consiste numa outra forma de soberania, trans-nacional, descentrada, desterritorializada e em rede; um Capitalismo transnacional. Nessa nova configuração, nas relações internacionais, há um processo de diluição das fronteiras dos Estados e eliminação das distâncias espaciais, como se houvesse uma linguagem universal e compartilhada por todos: a gramática neoliberal. O Império passa a ser a nova forma de soberania, tornando-se uma instância transcendente aos Estados-nação. O imperialismo, pautado nas tradicionais relações de dominação de um país sobre o outro, torna-se secundário frente à constituição de uma rede mundial difusa e descentrada. O Império passa a axiomatizar o funcionamento de todos os Estados. Já não são países que dominam outros países<sup>199</sup>, mas a lógica imperial que axiomatiza o funcionamento de todos esses países.

*É um aparelho descentralizado e desterritorializador de domínio que progressivamente incorpora a totalidade do terreno global dentro de suas fronteiras abertas e em permanente expansão. O império maneja identidades híbridas, hierarquias flexíveis e intercâmbios plurais através de redes de mando adaptáveis. As cores nacionais distintivas do mapa imperialista do mundo se fusionaram e*

198 Também traduzido para o português como Capitalismo Planetário Integrado.

199 Atualmente todos os países estão endividados, mesmo os países ricos. E os credores não são outros países e sim banqueiros e grandes investidores.

*mesclaram-se no arco íris do império global (HARDT & NEGRI, 2005, p.14-15, tradução nossa).*

De tal forma que se pode afirmar que com o declínio da hegemonia política dos Estados-nação na determinância dos processos políticos e sociais, houve um deslocamento da primazia do Estado-nação à Instituição do mercado globalizado, ao Império. Nesse processo, há a constituição de uma subjetividade capitalista, mas também híbrida, pois ultrapassa as fronteiras culturais e nacionalistas. O Império produz novas formas de pensamento, subjetivação e vida, sendo assim a forma paradigmática não do biopoder, como sustentam Hardt e Negri (2005), mas sim da noopolítica.

### **Considerações finais**

Concluimos que o desenvolvimento dos conceitos deleuzeanos que articulam poder, economia e subjetivação, como imagem do pensamento, axiomática do capital, aparelho de captura e sociedades de controle, são cruciais para o melhor entendimento do conceito de noopolítica, as políticas do pensamento, elaborado por Lazzarato.

Consideramos que na noopolítica há a conexão entre axiomática do capital, aparelho de captura e tecnologias de controle, resultando assim numa matriz de funcionamento de pensamento e governo das condutas. Nessa conexão há uma desterritorialização do Estado de sua forma monolítica e centralizada para uma forma múltipla, descentralizada, regionalizada, capilarizada, difusa e presente no espaço cotidiano dos sujeitos. Decorre-se assim a sofisticação de tecnologias de governo, como a publicidade, e a modulação das formas de ser, de se afetar e de se (auto)governar.

Os modos de subjetivação, tal como os processos políticos e sociais, são alvo de gestão e controle noopolítico, sendo que tal gestão da vida, seja no âmbito social ou do indivíduo, é regulada e organizada através da axiomática do capital. A máxima da reprodução do capital, compromissada com o aumento da produção, do acúmulo, da competitividade e do consumo, faz com que os processos de subjetivação sejam norteados e referenciados por esses princípios, afastando-se assim dos tradicionais códigos sociais instituídos. A gestão noopolítica incita a concorrência, a desigualdade social e individual, a lógica de empresa e a despolíticação do potencial insurgente, pois isola e opõe os indivíduos numa lógica competitiva, despotencializando a composição política coletiva. Esta configuração política e social porta um problema político, de diminuição da potência de ação e

do esvaziamento do potencial desejante e de crítica dos sujeitos, tornando assim mais eficaz o governo das condutas. Portanto, mediante a modulação das técnicas noopolíticas há a constituição de um pensamento e uma subjetividade capitalista.

Para finalizar, a conjunção entre axiomática do capital e Estados gera, do ponto de vista planetário, o Império. O funcionamento princeps dos processos políticos, econômicos, sociais e subjetivos dessa nova megamáquina se dá pela axiomática do capital, sendo o Império o apogeu do funcionamento noopolítico.

## Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- BAUMAN, Zigmunt. *Modernidade e Ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- DELEUZE, Gilles. *Diferença e Repetição*. São Paulo: Brasiliense, 2006 (1968).
- \_\_\_\_\_. *Derrames: Entre el capitalismo y la esquizofrenia*. Buenos Aires: Cactus, 2005 (1971).
- \_\_\_\_\_. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: *Conversações*. São Paulo: 34, 1992 (1990).
- DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. *O Anti-Édipo*. São Paulo: 34, 2010 (1972).
- \_\_\_\_\_. *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*, Vol. 5. São Paulo: 34, 1997 (1980).
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão: um caso de parricídio do século XIX*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Em defesa da sociedade: Curso dado no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Segurança, Território, População: Curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- \_\_\_\_\_. *Nascimento da Biopolítica: Curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- HARDT, Michael & NEGRI, Antonio. *Imperio*. Barcelona: Paidós, Surcos, 2005.
- LAZZARATO, Maurizio. *Políticas del acontecimiento*. Buenos Aires, Argentina: Tinta Limón ediciones, 2006.
- \_\_\_\_\_. *O governo das desigualdades: crítica da insegurança neoliberal*. São Carlos: EdUFSCar, 2011.

LEWCOWICZ, Ignácio. *Pensar sin Estado: la subjetividad en la era de la fluidez*. Buenos Aires: Paidós, 2004.

MAFFESOLI, Michel. *Sobre o nomadismo: vagabundagens pós-modernas*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

NEGRI, Antonio & GUATTARI, Félix. *Las verdades nómadas & General Intellect, poder constituyente, comunismo*. Madrid: Akal, 1999.

■..... **Domenico Uhng Hur** é professor adjunto do curso de Psicologia da Universidade Federal de Goiás. Psicólogo, mestre e doutor em Psicologia Social do Instituto de Psicologia da USP, com estágio doutoral na Universitat Autònoma de Barcelona/Catalunya. Membro do CRISSE – núcleo de estudos e pesquisas Crítica, Insurgência, Subjetividade e Emancipação. Atua na área da Psicologia Social, articulando os temas: esquizoanálise, política, grupo e instituição. Os dois últimos artigos são: HUR, D. U. Esquizoanálise e política: proposições para a Psicologia Crítica no Brasil. *Teoría y crítica de la psicología*, v. 3, p. 264-280, 2013. e HUR, D. U. Cartografias da luta armada: a guerrilha como máquina de guerra. *Mnemosine* (Rio de Janeiro), v. 8, p. 51-69, 2012. E-mail: [domenicohur@hotmail.com](mailto:domenicohur@hotmail.com)